

SUMÁRIO

Capítulo 1

O CENÁRIO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

E O PAPEL DA ADVOCACIA NO SETOR RURAL 19

1.	Medidas de Área: Alqueire vs. Hectare	19
2.	O Direito Agrário no Brasil	21
3.	Principais Atividades Agropecuárias no Brasil.....	21
3.1.	Grãos e Cereais.....	22
3.2.	Oleaginosas	22
3.3.	Pecuária.....	22
3.4.	Leite e Derivados	22
3.5.	Fruticultura e Horticultura	23
4.	A Importância do Agronegócio para o Desenvolvimento do País	23
4.1.	Contribuição Econômica	23
4.2.	Desenvolvimento Social	24
4.3.	Desafios e Sustentabilidade.....	24
5.	Intempéries e Pragas no Agronegócio.....	24
5.1.	Eventos Climáticos Adversos.....	24
5.2.	Pragas e Doenças	25
5.3.	Impactos Econômicos.....	25
5.4.	Medidas Mitigadoras	25
6.	A Operação Carne Fraca e seus Impactos no Setor.....	26

6.1.	Repercussão Internacional.....	26
6.2.	Impacto nos Produtores Rurais.....	26
6.3.	Medidas Adotadas.....	27
7.	Greve dos Caminhoneiros e Pandemia de COVID-19	27
7.1.	Greve dos Caminhoneiros (2018)	27
7.2.	Pandemia de COVID-19	27
8.	Guerra na Ucrânia e Impactos no Agronegócio Brasileiro....	28
8.1.	Fertilizantes.....	28
8.2.	Preços de Commodities.....	29
8.3.	Energia	29
9.	Endividamento dos Produtores Rurais	29
9.1.	Fatores Contribuintes	29
9.2.	Dados do Endividamento.....	30
9.3.	Legislação e Prorrogação de Dívidas.....	30
9.4.	Jurisprudência.....	30
10.	Queimadas e Devastação Ambiental no Cerrado e Outros Biomass	31
11.	Impactos das Chuvas Extremas no Rio Grande do Sul (Maio de 2024)	32
12.	O Papel da Advocacia no Auxílio ao Produtor Rural	32
12.1.	Assistência Jurídica Preventiva	33
12.2.	Gestão de Crises.....	33
12.3.	Representação Judicial e Administrativa.....	33
12.4.	Atualização Constante	34

Capítulo 2

TEORIA GERAL DO CRÉDITO RURAL E SUA RELEVÂNCIA NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

1.	Crédito Rural: Um Direito Constitucional Vinculado à Polí- tica Agrícola.....	36
1.1.	Natureza Constitucional e Jurídica do Crédito Rural..	37
2.	Características Distintivas do Crédito Rural	37

2.1. Juros Remuneratórios Limitados.....	38
2.2. Juros Moratórios Limitados.....	38
2.3. Prorrogação de Financiamento.....	39
3. Finalidades do Crédito Rural: Custeio, Investimento e Comercialização.....	39
4. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).....	40
4.1. Controle e Fiscalização do Crédito Rural.....	41
5. O Plano Safra e os Incentivos Governamentais.....	42

Capítulo 3

A PRORROGAÇÃO DO CRÉDITO RURAL – DIREITO, PROCEDIMENTOS E IMPACTOS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

1. O Crédito Rural e sua Função Social.....	46
1.1. O Direito à Prorrogação das Dívidas no Crédito Rural.....	47
2. Procedimentos para Solicitação da Prorrogação.....	48
2.1. A Notificação Administrativa e o Pedido de Prorrogação.....	48
2.2. O Papel da Instituição Financeira	49
2.3. Ação Judicial para Prorrogação de Dívidas	51
3. A Importância Econômica e Social da Prorrogação de Dívidas no Crédito Rural	52
3.1. Impacto na Manutenção da Produção e da Renda no Campo.....	52
3.2. Evitando o Aumento do Endividamento Rural.....	53

Capítulo 4

A BASE LEGAL DE FUNDAMENTAÇÃO DO CRÉDITO RURAL PARA DEFESA DO PRODUTOR CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

1. A Constituição Federal e a Política de Crédito Rural	56
1.1. Função Social do Crédito Rural.....	56

1.2. Proteção Constitucional à Pequena Propriedade Rural.....	57
2. A Legislação Específica do Crédito Rural.....	58
2.1. Lei 4.829/65 – A Base do Crédito Rural.....	58
2.2. Decreto-Lei 167/67 – Cédulas de Crédito Rural.....	59
2.3. Lei 8.171/91 – Política Agrícola Nacional.....	60
3. A Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor no Crédito Rural.....	61
3.1. A Vulnerabilidade do Produtor Rural.....	61
3.2. A Defesa do Produtor no Contexto da Prorrogação de Dívidas	62

Capítulo 5

A FUNÇÃO SOCIAL DO CRÉDITO RURAL..... 65

1. O Crédito Rural como Instrumento de Política Pública	66
1.1. Princípio da Função Social	66
2. A Prorrogação do Crédito Rural e o Fomento da Função Social	67
2.1. Aspectos Legais da Prorrogação	67
2.2. A Função Social da Exigibilidade do Crédito Rural.....	68
3. O Dirigismo Contratual e a Tutela do Produtor Rural.....	68
3.1. O Papel do Código de Defesa do Consumidor (CDC).....	69
4. O Fomento Estatal e o Crédito Rural.....	69
4.1. Os Subsídios e a Função Social do Crédito Rural	70

Capítulo 6

A INTERPRETAÇÃO DO MANUAL DE CRÉDITO RURAL (MCR) NO VIÉS CONSTITUCIONALISTA 71

1. O Crédito Rural e a Ordem Econômica Constitucional.....	72
1.1. Função Social do Crédito Rural	72
1.2. Dirigismo Contratual no Crédito Rural	73

2.	A Prorrogação de Dívidas como Instrumento Constitucional	74
2.1.	Aspectos Legais da Prorrogação	74
2.2.	O Papel Constitucional da Capacidade de Pagamento ..	75
3.	A Constitucionalização do Direito e o Crédito Rural.....	75
3.1.	Função Social dos Contratos no Crédito Rural.....	76
3.2.	Proteção ao Consumidor e o Crédito Rural.....	76

Capítulo 7

DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS PARA

A PRORROGAÇÃO DO CRÉDITO RURAL

1.	Laudo Técnico de Comprovação de Frustração de Safra ou Fatores Adversos	80
1.1.	Importância do Laudo Técnico.....	80
1.2.	Conteúdo do Laudo Técnico.....	81
1.3.	Responsabilidade e Credibilidade do Profissional.....	81
2.	Justificativa Formal e Relatório Financeiro	82
2.1.	Conteúdo da Justificativa Formal	82
2.2.	Relatório Financeiro: Análise de Impacto Econômico.....	83
2.3.	Demonstração de Capacidade de Recuperação	84
3.	Documentação Complementar e Certidões Necessárias	84
3.1.	Certidões de Regularidade Fiscal	85
3.2.	Contrato de Financiamento e Cédula de Crédito Rural	85
3.3.	Documentos Pessoais e de Propriedade	86

Capítulo 8

O PEDIDO ADMINISTRATIVO PARA

PRORROGAÇÃO DO CRÉDITO RURAL

1.	A Importância do Pedido Administrativo no Processo de Prorrogação	88
1.1.	Necessidade Jurídica do Pedido Administrativo	88

1.2.	Benefícios do Pedido Administrativo	89
1.3.	Consequências de não Realizar o Pedido Administrativo	90
2.	Documentos Necessários para o Pedido Administrativo	90
2.1.	Laudo Técnico de Comprovação de Frustração de Safra	91
2.2.	Justificativa Formal e Relatório Financeiro	92
2.3.	Certidões e Documentos Complementares	93
3.	Procedimento para Realização do Pedido Administrativo ...	93
3.1.	Redação e Estrutura do Pedido	94
3.2.	Apresentação e Protocolo	94
3.3.	Aguardando a Resposta da Instituição Financeira	95

Capítulo 9

AS ILEGALIDADES NOS CONTRATOS

DE CRÉDITO RURAL	97
1. Juros Remuneratórios e Moratórios nos Contratos de Crédito Rural.....	98
1.1. Limites Legais dos Juros Remuneratórios	98
1.2. Juros Moratórios e Encargos no Inadimplemento	101
1.3. Capitalização de Juros	103
2. Tarifas, Despesas Administrativas e Venda Casada	105
2.1. Cobrança Indevida de Tarifas e Despesas Administrativas.....	105
2.2. Venda Casada: Proibição e Efeitos.....	106
2.3. Cobrança de Seguros não Contratados.....	107
3. Outras Práticas Abusivas e Encadeamento Contratual.....	107
3.1. Encadeamento Contratual e Renegociação Indevida ...	108
3.2. Operação Mata-Mata e Refinanciamento de Dívidas...	109
3.3. Transformação de Cédula Rural em Cédula de Crédito Comum	110

Capítulo 10

SEGUROS AGRÍCOLAS	113
1. Conceito e Finalidade do Seguro Agrícola	114
1.1. Transferência de Riscos e Salvaguarda da Produção....	114
1.2. Impacto Econômico e Segurança Jurídica	115
2. Tipos de Seguro Agrícola e suas Diferenciações.....	116
2.1. Seguro de Produtividade e Seguro de Faturamento	116
2.2. Seguro Pecuário e Seguro Florestal	117
2.3. PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.....	118
3. Importância do Seguro Agrícola no Contexto Atual.....	118
3.1. Segurança Alimentar e Estabilidade Econômica	119
3.2. Redução de Riscos para Instituições Financeiras	119
3.3. Adaptação às Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.....	120

Capítulo 11

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

NOS CONTRATOS DE CRÉDITO RURAL	121
1. Conceito e Natureza Jurídica da Alienação Fiduciária.....	122
1.1. Fundamentos Legais e Origem da Alienação Fiduciária.....	122
1.2. Diferenças entre Alienação Fiduciária, Penhor e Hipoteca	123
1.3. A Propriedade Resolúvel e a Posse Direta do Devedor.....	124
2. Aplicação Prática da Alienação Fiduciária no Crédito Rural ..	125
2.1. Consolidação da Propriedade e Notificação Extrajudicial.....	125
2.2. Alienação Fiduciária de Pequenas Propriedades Rurais.....	126
2.3. Desjudicialização e Execução Extrajudicial.....	127

3.	Jurisprudência sobre Alienação Fiduciária no Crédito Rural	128
3.1.	Proteção Constitucional da Pequena Propriedade Rural	128
3.2.	Limites à Consolidação Extrajudicial da Propriedade.	129

Capítulo 12

TUTELA PROVISÓRIA NO ENDIVIDAMENTO RURAL		131
1.	Conceito e Natureza da Tutela Provisória	132
1.1.	Tutela de Urgência e Tutela de Evidência	132
1.2.	A Natureza Precária da Tutela Provisória	133
1.3.	Referibilidade e Temporariedade	133
2.	Fundamentos para a Concessão da Tutela Provisória	134
2.1.	Probabilidade do Direito e Risco de Dano	134
2.2.	Evidência e Abuso de Direito	135
2.3.	Reversibilidade da Medida e Caução	136
3.	Aplicação Prática da Tutela Provisória no Endividamento Rural	136
3.1.	Suspensão da Inscrição em Órgãos de Proteção ao Crédito	137
3.2.	Embargos à Execução com Efeito Suspensivo	137
3.3.	Antecipação de Tutela Recursal	138

Capítulo 13

AÇÃO MANDAMENTAL DE PRORROGAÇÃO DE DÍVIDAS RURAIS		139
1.	Conceito e Estrutura da Ação Mandamental de Prorrogação de Dívidas Rurais.....	140
1.1.	Fundamento Legal da Prorrogação de Dívidas Rurais	140
1.2.	Prorrogação Compulsória e Natureza do Crédito Rural	141
1.3.	Estrutura da Ação Mandamental	142

2.	Fundamentos Jurídicos e Doutrinários da Prorrogação de Dívidas Rurais	143
2.1.	A Peculiaridade do Crédito Rural e a Doutrina	143
2.2.	Aplicação da Lei e Prorrogação Compulsória	144
2.3.	Jurisprudência sobre Prorrogação de Dívidas Rurais... ..	145
3.	Aplicação Prática da Ação Mandamental de Prorrogação de Dívidas Rurais	146
3.1.	Proteção contra Execuções e Penhoras de Bens Essenciais	146
3.2.	Suspensão de Inscrições em Cadastros de Inadimplentes	146
3.3.	Revisão de Encargos Abusivos e Cláusulas Contratuais	147
4.	Estrutura da Petição	148
4.1.	Introdução à Ação Mandamental	148
4.2.	A Estrutura de um Pedido Mandamental	148
4.3.	Fundamentos Jurídicos para a Prorrogação.....	149
4.4.	Tutela Provisória e Medidas Cautelares.....	149
4.5.	Revisão de Cláusulas Abusivas.....	150
4.6.	Ilegalidades nos Contratos de Crédito Rural	150
4.7.	Exemplo de Formulação de Pedidos na Ação Mandamental.....	151

Capítulo 14

AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOS

DE CRÉDITOS RURAIS.....		153
1.	Conceito e Importância da Ação Revisional.....	154
2.	Identificação de Cláusulas Abusivas nos Contratos de Crédito Rural.....	156
3.	Fundamentos Jurídicos da Ação Revisional.....	158
4.	Modelo Estrutural de Petição para Ação Revisional de Contratos de Crédito Rural	159

Capítulo 15**EMBARGOS À EXECUÇÃO E DEFESA CABÍVEIS 167**

1. Conceito de Embargos à Execução e Legislação Aplicável 168
2. Fundamentos e Defesas Cabíveis nos Embargos à Execução... 170
 - 2.1. Inexigibilidade da Dívida e Excesso de Execução..... 170
 - 2.2. Penhora Incorreta e Impenhorabilidade de Bens Es-
senciais 172
 - 2.3. Alegação de Nulidade do Título Executivo e Irregula-
ridades no Procedimento 173
3. Da Suspensão da Execução e do Efeito Suspensivo dos Em-
bargos..... 174
4. Modelo Estrutural de Petição para Embargos à Execução de
Contrato de Crédito Rural..... 176

CONSIDERAÇÕES FINAIS 185

- A Importância da Assessoria Jurídica no Crédito Rural..... 187
- Conclusão Final..... 188

REFERÊNCIAS 189